



## BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	521	969.842
Aplicações financeiras	5	27.902	197.488
Contas a receber de clientes	6	103.938	—
Tributos a recuperar		22.138	14.442
Despesas antecipadas	7	27.967	27.967
Depósitos judiciais e cauções	10	2.189	37.906
Outros créditos		5.607	939
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>190.262</b>	<b>1.248.584</b>
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	72.084	65.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	200.929	158.845
Tributos a recuperar	8.f	—	47.100
Depósitos judiciais e cauções	10	7.108	3.700
Outros créditos		3.340	3.339
Imobilizado	8	30.214.490	21.289.011
Intangível	9	281.266	247.042
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>30.779.217</b>	<b>21.814.942</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>30.969.479</b>	<b>23.063.526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2014
Receita líquida de venda	17	129.466	—
Custos da venda de energia:			
Energia comprada para revenda	18	(130.005)	—
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(1.558)	—
Serviços de operação e manutenção		(39.258)	—
<b>Resultado financeiro:</b>		<b>(170.821)</b>	<b>—</b>
Prejuízo bruto		(41.355)	—
Despesas operacionais:			
Administrativas	20	(94.125)	(74.738)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	21	(161.763)	(255.716)
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(297.243)</b>	<b>(330.454)</b>
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	22	97.720	116.122
Despesas financeiras	22	(82.766)	(115.154)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(182.289)</b>	<b>(329.486)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	42.085	110.092
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(240.204)</b>	<b>(219.394)</b>
Quantidade média de ações disponíveis no exercício (em lotes de mil)		6.671.583	5.665.010
Prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)		(0,0360)	(0,0443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(240.204)	(219.394)
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(240.204)</b>	<b>(219.394)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados (Reapresentado)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.300.010	(92.522)	4.207.488
Integralizações de capital:			
janeiro de 2014	410.000	—	410.000
julho de 2014	255.000	—	255.000
novembro de 2014	700.000	—	700.000
Prejuízo do exercício	—	(219.394)	(219.394)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.665.010</b>	<b>(311.916)</b>	<b>5.353.094</b>
Integralizações de capital:			
janeiro de 2015	334.990	—	334.990
abril de 2015	495.000	—	495.000
maio de 2015	5.000	—	5.000
julho de 2015	495.000	—	495.000
novembro de 2015	297.000	—	297.000
Prejuízo do exercício	—	(240.204)	(240.204)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.292.000</b>	<b>(552.120)</b>	<b>6.739.880</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Informações gerais**  
A Norte Energia S.A. ("Companhia" ou "Norte Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionista ("Acordo"), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação e à manutenção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte, quadra 4, bloco B, salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília - DF. Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre ("ACL").  
A data do enchimento do reservatório principal foi no dia 24/11/2015, permitindo o cumprimento do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e demais marcos estabelecidos do Contrato de Concessão para a Casa de Força Principal da Usina (Belo Monte) sendo previsto o pleno funcionamento para 2019. Há previsão de entrada em operação da Casa de Força Complementar (Pimental) para fevereiro de 2016. Os gastos incorridos na fase pré-operacional são acumulados nas Ordens de Imobilização nas rubricas específicas do imobilizado em curso, desde que diretamente vinculados ao empreendimento. Tais gastos contemplam os custos de aquisição e os encargos financeiros dos financiamentos identificados com a aquisição dos ativos, conforme disciplinado pelos CPCs 20 e 27 (Nota 2.5).

Conforme Nota 14, em novembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") aprovou o financiamento de longo prazo no valor de R\$22.500.000. As liberações estão ocorrendo conforme previsto no contrato. Em 2012 foi liberado o montante de R\$3.137.882, no ano de 2013 R\$ 6.680.281, em 2014 R\$5.573.045 e em 2015 R\$5.110.367.  
A Companhia ainda dependa de 5 quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da Usina Hidrelétrica, as quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidas pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital social superior no total de R\$7.300.000 (Nota 16), sendo que as deliberações das subscrições são pela Assembleia Geral Extraordinária e das Integralizações pelo Conselho de Administração.  
A garantia física de energia da UHE para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 4.418,9 MW médios (8ª turbina) para a casa de força principal e de 152,1 MW médios (5ª turbina) para a casa de força complementar.  
Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Xingu, Município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, denominada Usina Hidrelétrica Belo Monte, com potência instalada mínima de 11.000 MW, na casa de força principal, e 233,1 MW, na casa de força complementar.  
Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") concedeu Licença de Instalação, contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de etoracações e sistema de transposição de peixes. Essa licença compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação, em 24 de novembro de 2015 junto ao IBAMA, para viabilizar o enchimento do reservatório do rio Xingu. A Norte Energia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes. Nesta data as obras civis ultrapassaram os 88,68% de execução física e a montagem elétrica está em andamento.  
Em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e, greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou para a ANEEL, o pedido de "Excludente de Responsabilidade", solicitando consideração de pleito em favor da Norte Energia de todas as paralisações dos eventos ocorridos que impactaram efetivamente na execução do cronograma originalmente estabelecido.

Em 6 de abril de 2015, a Companhia obteve decisão liminar que determinou à ANEEL "até a análise do pleito liminar no processo de origem, que se abstenda de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte". Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda pelos assessores jurídicos como possível foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das condicionantes do Contrato de Concessão, porém a Companhia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras, o valor estimado em uma possível recontabilização é de R\$79.603.  
Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital circulante líquido está negativo, devido ao fato a Companhia estar em fase pré-operacional e a captação de recursos - aporte de acionistas e financiamento do BNDES - somente é feita conforme necessidade de caixa.  
Os dados não financeiros incluídos nesta informação financeira tais como, geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados pelos auditores independentes.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 19 de janeiro de 2016 e dia 29 de setembro de 2016 para a reapresentação das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

**2.2. Moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

**2.3. Reapresentação de saldos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**  
A administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, revisou sua prática contábil para classificação das variações ocorridas na conta de "Fornecedores", da demonstração dos fluxos de caixa e também fez o mesmo para período findo em 31 de dezembro de 2014. Como consequência, a demonstração dos fluxos de caixa daquele período, incluídas como informações comparativas destas demonstrações financeiras, teve o montante de R\$24.164, apresentado originalmente como fluxo de caixa das atividades de financiamento, reclassificado para o grupo das atividades operacionais.  
A reclassificação não teve qualquer outro impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

**2.5. Aplicações financeiras**  
As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

**2.6. Contas a receber**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores liquidados e provisionados para o mercado de curto prazo. Como prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber 2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplinado nos CPCs 20 e 27.  
Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto a vida útil quanto o eventual valor residual dos ativos relacionados à Usina Hidrelétrica ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens. Os demais bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis mensuradas na Nota 8.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2014 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(282.288)	(329.486)
Ajustes do prejuízo de itens sem desembolso de caixa:			
Depreciação e amortização	8 e 9	4.428	4.092
Custo líquido dos imobilizados baixados	8	183.000	6
Provisões	13	—	255.841
Resultado financeiro		55.208	55.915
Resultado ajustado		(39.652)	(13.632)
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:			
Contas a receber de clientes		(103.938)	—
Tributos a recuperar		44.948	(31.538)
Despesas antecipadas	7	(6.179)	(7.999)
Outros créditos		(8.077)	(3.786)
Fornecedores		(193.076)	23.622
Outras contas a pagar		(13.339)	49.572
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(319.315)	16.239
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados não liquidados)	8	(7.610.703)	(7.619.720)
Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	9	(2.209)	(3.099)
Aplicações financeiras		186.103	677.233
Cauções		39.446	(4.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.387.363)	(6.949.786)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Captações de empréstimos e financiamentos	14	5.110.367	5.573.045
Integralização de capital	16	1.626.990	1.365.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		6.737.357	6.938.045
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(969.321)	4.498
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		969.842	965.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		521	969.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2014
Receita líquida de venda	129.466	—
Crédito fiscal diferido	42.085	110.092
Insucessos adquiridos de terceiros	(170.821)	—
Custo com energia elétrica	(1.726)	(1.709)
Material	(28.012)	(19.001)
Serviços de terceiros	(15.120)	(10.059)
Outros	(4.428)	(4.092)
Depreciação e amortização	(82.766)	(116.122)
Valor adicionado recebido em transferência - receitas financeiras	97.720	116.122
Custos com energia elétrica	(161.939)	(255.716)
Valor adicionado a distribuir	(112.599)	(64.363)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos (inclui remuneração dos administradores)	38.705	34.449
Remuneração de capitais de terceiros	6.134	5.428
Aluguéis	82.766	115.154
Despesa financeira	(240.204)	(219.394)
Prejuízo do exercício	(112.599)	(64.363)
Valor adicionado distribuído		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.  
**2.18. Instrumentos financeiros**  
Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente: (a) Caixa e equivalentes de caixa: apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil (Nota 4). (b) Aplicações financeiras: o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. As aplicações financeiras estão classificadas pelo valor justo por meio de resultado (Nota 5). (c) Clientes: valores provisionados para liquidação no mercado de curto prazo e valores liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (Nota 6). (d) Fornecedores: encerram-se reconhecidos pelo seu custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e são classificados como outros passivos financeiros (Nota 5). (e) Empréstimos e financiamentos: o principal propósito deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de construção da Companhia e eventualmente suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo (Nota 14). Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros, mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado com seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas. (f) O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação (Nota 23).  
**2.19. Pronunciamentos novos ou revisados**  
Os novos pronunciamentos ou aplicados pela primeira vez até 31 de dezembro de 2015 não trouxeram alterações significativas às demonstrações financeiras da Companhia.  
Para os novos pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos dos novos pronunciamentos.  
**3. Estimativas e julgamentos contábeis**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são inerentes a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, a determinação de valores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.  
**3.1. Estimativas e premissas contábeis**  
Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Itens significativos são equivalentes a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, a determinação do valor recuperável dos ativos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos valores e prognósticos de perda relacionados com demandas judiciais e administrativas.

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em banco e em caixa	252	279
Depósitos bancários de curto prazo:		
CDB	269	969.593
Operação Compromissada	269	625.891
	521	945.672
	—	269.842

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.  
**5. Aplicações financeiras**

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Aplicação - CEF	19.755	72.922
Fundo de Aplicação - BTG Pactual	8.147	124.566
	27.902	197.488

A Companhia faz a maior parte da gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos Exclusivos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela gestão da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de renda fixa (públicos e privados). A aquisição dos títulos privados segue uma rigida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (Rating com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado, pelo fato de sua carteira ser composta por títulos de renda fixa de longo prazo, contudo, com vencimentos máximos de 90 dias, implicando em risco insignificante de alteração de valor, pois são todos títulos pós-fixados indexados à SELIC ou CDI.  
O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõe a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira do fundo é marcado a mercado, conforme critérios estabelecidos pela ANBIMA. Os títulos privados são avaliados a valor de mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos. A composição da carteira dos Fundos pode ser observada na tabela abaixo:

	Exposição (%)
Instituições financeiras privadas	34,40%
Instituições financeiras públicas	56,15%
Títulos públicos	9,45%

**6. Contas a receber de clientes**  
O valor de R\$1.03.938 é referente a provisão de faturamento de venda de energia devido a compra de energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras (Nota 1).  
**7. Despesas antecipadas**

	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	100.051	93.872
Circulante	27.967	27.967
Não circulante	72.084	65.905

	Risco	Cobertura	Prêmio	Amort. Mensal	Vigência
Seguradora					



(a) De acordo com o CPC 27 (Ativo Imobilizado), a depreciação de ativos que geram benefícios econômicos futuros absorvidos para a produção de outros ativos deve ser capitalizada. Desta forma, a depreciação de itens do ativo imobilizado (Geração em Serviço) reconhecida no resultado foi capitalizada para itens do ativo imobilizado (Geração em Curso). Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou R\$2.203 de depreciação, sendo R\$808 no ano de 2015.

(b) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de gastos com engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custos da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.

(c) Parte substancial dos valores classificados na rubrica de "Geração em curso" refere-se a adiantamentos feitos para a IMPSA - Wind Power Brasil S.A. e Consórcio ELM (Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., Andritz Hidro Inep do Brasil S.A. e Voith Hydro Ltda.), para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido à incerteza na recuperação em 2014 foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a "IESA PROJETOS MONTAGENS E EQUIPAMENTOS S.A.", que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora e R\$251.886 do contrato com o Consórcio IMPSA Belo Monte que por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. O valor de R\$21.207 foi revertido em 2015 face da entrega de materiais, sendo R\$253 pelo contrato com a IESA e R\$20.954 pelo contrato com a IMPSA.

(d) A rubrica "A ratar" destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da Usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratar. Em decorrência de processo de investigação foi efetuada uma baixa de R\$ 183.000 (Vide detalhamento na nota nº 28).

Composição da rubrica "A ratar"

Descrição	31/12/2014	31/12/2015
Mobilização e canteiro de obras	3.033.543	3.406.821
Juros capitalizados	1.422.685	2.922.080
Projetos e consultorias de engenharia	701.584	961.510
Encargos financeiros, comissões bancárias e seguros	173.355	218.522
Outros	424.020	487.667
	<b>5.755.187</b>	<b>7.996.600</b>

(e) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI).

(f) O valor de R\$47.100 de 2014 era referente a ICMS a recuperar pelo controle do CIAP dos equipamentos que foi incorporado ao ativo imobilizado a cada bem original, devido a uma revisão do Planejamento tributário considerando as necessidades do cenário atual do mercado do Pará para venda de crédito de ICMS.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Como a Companhia tomou empréstimos recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis a capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$1.499.395 (R\$1.422.684 até 31 de dezembro de 2014).

9. Intangível

9.1. Composição

Descrição	Taxas anuais de amortização		Custo	Amortização acumulada		Valor líquido Valor líquido	
	31/12/2014	31/12/2015		31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
<b>Intangíveis em serviço</b>	<b>15,207</b>	<b>(8,584)</b>	<b>6.623</b>	<b>6.623</b>	<b>8.141</b>	<b>8.141</b>	
<b>Administração</b>	<b>15,207</b>	<b>(8,584)</b>	<b>6.623</b>	<b>6.623</b>	<b>8.141</b>	<b>8.141</b>	
Licença de uso de software	15,17%	a.a.	15.176	(8,584)	6.592	8.110	
Marcas e patentes	31	-	31	-	31	31	
<b>Intangível em curso</b>	<b>274,643</b>	<b>-</b>	<b>274,643</b>	<b>-</b>	<b>238,901</b>	<b>238,901</b>	
<b>Geração</b>	<b>273,210</b>	<b>-</b>	<b>273,210</b>	<b>-</b>	<b>236,900</b>	<b>236,900</b>	
Uso do Bem Público (UBP)	271,345	-	271,345	-	236,521	236,521	
Serviço	1,546	-	1,546	-	379	379	
Depósitos judiciais	319	-	319	-	319	319	
<b>Administração</b>	<b>1,433</b>	<b>-</b>	<b>1,433</b>	<b>-</b>	<b>2,001</b>	<b>2,001</b>	
Licença de uso de software	1,433	-	1,433	-	2,001	2,001	
	<b>289,890</b>	<b>(8,584)</b>	<b>281,266</b>	<b>-</b>	<b>247,042</b>	<b>247,042</b>	

9.2. Movimentação

Descrição	Movimentações 2014			Movimentações 2015		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências
<b>Intangível em serviço:</b>	<b>12.828</b>	<b>528</b>	<b>559</b>	<b>13.915</b>	<b>-</b>	<b>1.292</b>
Marcas e patentes	31	-	-	31	-	31
Licença de uso de software	12.797	528	559	13.884	-	15.746
(-) Amortização acumulada (3.076)	(2.698)	(559)	(5.774)	(2.810)	(1.292)	(8.584)
Intangível em curso:	164.017	75.443	(238.901)	37.004	(1.292)	274.643
Uso do Bem Público (UBP)	163.649	72.872	(236.521)	34.824	(1.292)	271.345
Licença de uso de software	368	2.192	(559)	2.001	724	(1.292)
Serviço	-	379	-	379	1.167	-
Depósitos judiciais	-	-	-	319	-	319
Administração	173.769	73.273	(247.042)	34.224	(1.292)	281.266

A Companhia pagará à União o valor anual de R\$16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, a partir da data comercial da primeira unidade geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante no montante de R\$37.864 e R\$229.831 no não circulante, totalizando R\$267.695 em 31 de dezembro de 2015 (R\$236.521 em 31 de dezembro de 2014), em contrapartida do ativo intangível, atualizada pelo IPCA mensal e descontada a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto. Em 2015 foram pagas duas parcelas que totalizaram R\$3.651 antes da liminar judicial (Nota 10).

10. Depósitos judiciais e cauções

	31/12/2015	31/12/2014
Cauções (a)	2.189	37.906
Depósito Judicial - Tributário (b)	6.918	3.564
Outros	190	136
	<b>9.297</b>	<b>41.606</b>
Circulante	2.189	37.906
Intangível em curso:	7.108	3.700
(a) Contrato de caução firmado em 15 de abril de 2013 por Norte Energia S.A., CISA Trading S.A. e Banco BTG Pactual S.A. exigido pelo contrato de compra e venda de mercadorias por encomenda. A Companhia celebrou em 25 de fevereiro de 2013 um contrato de compra e venda por aquisição de mercadorias importadas para o atendimento ao Termo de Cooperação Técnico-Financeiro assinado junto ao Governo do Pará no que diz respeito às metas estabelecidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), dentro das condicionantes da área de segurança pública, parte dos equipamentos foram entregues em 2015 e os demais serão entregues em 2016.	264.533	550.390
(b) Exigência jurídica vinculada à ação movida contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente a recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos materiais aplicados e terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014 foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente a parte incontroversa.	96.531	69.428
Compra de energia (a)	25.743	-
Encargo da transmissão, conexão e distribuição (a)	454	-
Outros fornecedores de materiais e serviços	6.888	1.998
	<b>394.149</b>	<b>621.816</b>

(a) Os valores em aberto são referentes as provisões dos encargos da transmissão, conexão e distribuição e para compra de energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

12. Contratos a pagar

	31/12/2015	31/12/2014
Tributos retidos na fonte	12.260	6.301
Tributos a recolher	49.467	64.301
ISS (a)	28.114	29.935
INSS	3.543	2.829
PIS/COFINS/CSLL	7.794	1.192
ICMS	8.011	28.540
Outros	2.005	1.805
Obrigações trabalhistas	23.560	17.594
Outros	2.773	2.304
	<b>78.060</b>	<b>86.030</b>

(a) Conforme Nota 10 item (b) a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM no Município de Altamira está sendo depositado em juízo, totalizando R\$6.918.

13. Provisões para litígios

	Contingências Cíveis	Contingências Trabalhistas	Contingências Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2013	6.692	-	-	6.692
Constituída durante o exercício	172	-	-	172
Reversão de valores	(198)	-	-	(198)
Em 31 de dezembro de 2014	6.666	-	-	6.666
Constituída durante o exercício	100	1.052	-	1.152
Reversão de valores	(6.521)	-	-	(6.521)
Em 31 de dezembro de 2015	245	1.052	-	1.297

O valor reconhecido pela Companhia como passivo contingente refere-se à aquisição e indenizações de benfeitorias de terrenos litigiosos na região atingida pela construção da Usina e ações trabalhistas. A provisão teve como contrapartida o grupo de contas de inobstrução e resultado. O valor de R\$6.521 foi revertido em virtude do término da ação pelo acordo entre as partes no valor de R\$4.405. As demais demandas judiciais estão apresentadas na Nota 27.

14. Empréstimos e financiamentos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos - BNDES	23.449.980	16.759.221
	<b>23.449.980</b>	<b>16.759.221</b>

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota 8).

Empréstimos e financiamentos - BNDES

Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e da nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e da nota promissória com o Banco BTG Pactual.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$22.500.000, sendo R\$3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME - PSI e R\$18.814.700 à linha de crédito do FINEM, esse valor será repassado da seguinte forma: R\$9.814.700 serão repassados diretamente pelo BNDES, R\$7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual. Conforme detalhado a seguir:

Financiamento de longo prazo	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
Banco BTG	2.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
Banco CEF	7.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	9.000,0		
BNDES - PSI - parcela direta	3.685,3	5,5%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	22.500,0		

(\*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação da UHE Belo Monte. O crédito será destinado para implantação: UHE Belo Monte, Sistema de transmissão associado e Investimento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. O contrato está dividido nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Parcela direta - FINEM	Descrição	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Subcrédito A	TJLP + 2,65%	dez/12	fev/17	jan/42	
Subcrédito B	TJLP + 2,25%	dez/12	fev/17	jan/42	
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	mar/14	out/18	jan/42	
Subcrédito D	TJLP + 2,25%	dez/14	out/19	jan/42	

Parcela indireta - FINEM	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Subcrédito B	TJLP + 2,65%	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	jan/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	dez/14	out/19	jan/42

**Parcela direta - PSI**

Subcrédito A	5,50%	dez/12	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41
O crédito será posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.				

A liberação do empréstimo teve início em 2012 no valor de R\$3.137.882 e durante o exercício de 2013 foram liberadas 3 parcelas segregadas em 5 liberações nos meses de janeiro, maio, junho, agosto e dezembro totalizando o valor de R\$6.680.281.

No primeiro trimestre de 2014 foi liberada uma parcela no valor total de R\$1.215.000, no segundo trimestre foram liberadas duas parcelas, de R\$58.045 e R\$1.400.000, no terceiro trimestre foi liberada a sétima parcela no valor de R\$1.400.000 e no quarto trimestre foi liberada a oitava parcela no valor de R\$1.500.000, totalizando R\$5.573.045 no ano.

No primeiro trimestre de 2015 foi liberado o valor total de R\$941.853, no segundo trimestre foi liberado o valor total de R\$ 2.167.317, no terceiro trimestre R\$1.500.000 e no quarto trimestre R\$501.197 totalizando R\$5.110.367 no ano.

Resumo das liberações conforme as linhas de créditos estão demonstradas na tabela abaixo:

Descrição	Valor
Liberação direto BNDES A1	1.550.643
Liberação direto BNDES B1	730.640
Liberação direto BNDES PSI A	856.599
Total liberações 2012	<b>3.137.882</b>
Total Juros em 2012	1.892
Saldo em 2012	<b>3.139.774</b>
Liberação direto B1	2.154.563
Liberação direto PSI A	598.453
Liberação indireto BTG B1	961.104
Liberação indireto CEF B1	1.490.161
Liberação indireto BTG A1	328.000
Liberação indireto CEF A1	1.148.000
Total liberações 2013	<b>6.680.281</b>
Total Juros em 2013	478.555
Saldo em 2013	<b>10.298.610</b>
Liberação direto PSI	764.063
Liberação direto FINEM B1	398.715
Liberação indireto FINEM C1	2.181.049
Liberação indireto CEF B1	524.668
Liberação indireto CEF C1	1.209.168
Liberação indireto BTG B1	149.906
Liberação indireto BTG C1	345.476
Total liberações 2014	<b>5.573.045</b>
Total Juros 2014	387.566
Total liberações	<b>15.391.208</b>
Total Juros	1.368.013
Saldo em 2014	<b>16.759.221</b>
Liberação direto PSI	1.466.199
Liberação direto FINEM D1	1.599.465
Liberação indireto CEF C1	385.276
Liberação indireto BTG C1	110.080
Liberação indireto CEF D1	1.205.048
Liberação indireto BTG D1	344.299
Total liberações 2015	<b>5.110.367</b>
Total Juros 2015	1.580.392
Total liberações	<b>20.501.575</b>
Total Juros	2.948.405
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>23.449.980</b>

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício do financiamento, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15%, manutenção de índice financeiro ICD (Índice de Cobertura da Dívida) mínimo de 1,2, a ser calculado após a entrada em operação da UHE, quando deverá, inclusive, ser auditado.

O cálculo será realizado da seguinte forma:  
ICD = (A)/(B)  
Sendo:  
(A) Geração de caixa (+) EBITDA  
(-) Imposto de renda  
(-) Contribuição social  
(-) Serviço da dívida  
(+) Amortização de principal  
(+) Pagamento de juros

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais. Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias:  
Pré-operacionais:  
• Fiança corporativa dos sócios;  
• Penhor de ações da SPE;  
• Pacote de Seguros e Garantias associados aos contratos de construção e fornecimento de equipamentos.  
Após entrada em operação:  
• Penhor de ações da SPE;  
• Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;  
• Conta reserva de 3 meses do serviço da dívida e dos custos de O&M.  
Os vencimentos das parcelas de longo prazo do financiamento estão distribuídos como segue:

Exercícios	Valor
2017	268.399
2018	673.566
2019	863.714
A partir de 2020	21.644.301
	<b>23.449.980</b>

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$38.418 (R\$178 em dezembro de 2014) refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira e serviço de operação e manutenção da usina pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE"), do serviço de encargo do sistema de transmissão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e fornecimento de aço pela Siderúrgica Norte Brasil ("SINOBRAS"), a ELETRONORTE, CHESF e SINOBRAS participam do quadro acionário da Companhia, com 19,98%, 15% e 1% respectivamente, do capital da Norte Energia.

A Administração da Companhia avalia que as compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Em 2015 a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia foi de R\$9.400 (R\$ 10.766 em dezembro de 2014).

16. Capital social

Em março de 2015 foi aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social subscrito no valor de R\$1.300.000, passando o capital subscrito de R\$6.000.000 para R\$7.300.000, sendo integralizados R\$7.292.000 que compreendem 2.292.000 ações ordinárias (R\$5.665.010, correspondente a 5.665.010 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014).

As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Assembleia para aprovação	Data	Quantidade de ações (em lotes de mil)
Constituição	21/07/2010	10
1ª Reunião	28/07/2010	80.000
4ª Reunião	05/08/2010	100.000
5ª Reunião	09/12/2010	980.000
14ª Reunião	18/10/2011	300.000
21ª Reunião	22/05/2012	300.000
25ª Reunião	18/09/2012	550.000
25ª Reunião	18/09/2012	470.000
27ª Reunião	27/11/2012	600.000
31ª Reunião	28/02/2013	920.000
39ª Reunião	18/10/2013	410.000
45ª Reunião	16/06/2014	255.000
48ª Reunião	07/10/2014	700.000
49ª Reunião	05/01/2015	



Licença Ambiental de Instalação ("LI") da UHE, sendo adotados todos os procedimentos administrativos cabíveis, inclusive interposição de recurso administrativo. De acordo com as autuações, os processos estão avaliados em R\$7.000, R\$3.000, R\$2.700, R\$2.501 e R\$5.808, respectivamente. Adicionalmente, existem outros processos administrativos com o referido instituto avaliados em R\$ 637. O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam "reflexos ambientais negativos".

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia teve uma ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$ 100.000. Os autos permanecem conclusos com decisão liminar favorável a Norte Energia.

Os referidos processos acima citados foram avaliados pelos assessores jurídicos e possuem prognóstico de **perda remota**, contudo, devido a relevância do assunto, a Administração optou por divulgá-los. Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

a) Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará no qual solicita a suspensão da Licença de Instalação por alegar o suposto não cumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, valor estimado da perda é de R\$ 500;

b) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias nas propriedades desapropriadas e outras indenizações no valor de R\$ 57.947;

c) Ações de indenizações em decorrência de suposto impacto ambiental na atividade de pesca, valor estimado de R\$ 301; e

d) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária, valor estimado de R\$ 2.125.

Portanto, como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja vista que, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

### 28. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

#### a) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A. - UHE Belo Monte.

Como uma resposta a alegações de possíveis atividades ilegais que aparecem nos meios de comunicação em 2015 relativa a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act (FCPA)", a Lei Anticorrupção brasileira e código da Eletrobras de ética (a "Investigação Independente") incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

Esta investigação independente está sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. Esta comissão é composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, um juiz aposentado do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (Valores Mobiliários Comissão) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

#### b) Resumo das conclusões da Investigação Independente

Os relatórios finais da Investigação Independente consideram o conteúdo de delações premiadas e indicam impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. A Investigação Independente determinou que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as demonstrações financeiras, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "impactos sobre as demonstrações financeiras".

#### c) Impactos sobre as demonstrações financeiras

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Norte Energia, a Companhia tomou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, como incluído em cada um dos relatórios de inquérito finais emitidos para fins de demonstrações financeiras, conforme manifestação e encaminhamento para AGE do Conselho de Administração, análise e opinião do Conselho Fiscal e autorização para conclusão das demonstrações financeiras pelos diretores executivos.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e / ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos. Quaisquer valores que haviam sido capitalizados, como parte do preço do contrato não são custos atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para que este seja capaz de funcionar da forma pretendida pela administração da Norte Energia.

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima, foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Norte Energia não foi capaz de identificar os ajustes atribuíveis a cada um dos períodos anteriores apresentados nas suas demonstrações financeiras, como resultado do seguinte:

- As informações disponibilizadas pela Investigação Independente identifica os possíveis empreiteiros e fornecedores envolvidos no esquema de superfaturamento em um período de intervalo de tempo que estava em vigor e indica alguns contratos afetados, mas não especifica individualmente o contrato e os pagamentos que incluem superfaturamento ou os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido excesso (os relatórios de investigação e descobertas estão confirmando que não há nenhuma determinação ou indícios de que poderia ser usado como uma base para fazer uma estimativa de tal determinação para a grande maioria dos valores de superfaturamento em um período base);

- Os pagamentos indevidos não foram efetuados pela Norte Energia. Estes alegados pagamentos indevidos foram feitos por empreiteiros e fornecedores externos, o que pode ter levado a uma sobrecarga no valor inicial dos contratos, estabelecidos antes da constituição da empresa Norte Energia S.A. Por este motivo, estas informações não estão contidas nos registros contábeis da Norte Energia ou em sistemas de controle interno, o que leva à impossibilidade de identificar os valores e períodos exatos em que estes pagamentos ocorreram e portanto não foram fruto de deficiências nos controles internos da Norte Energia.

- Porque os supostos pagamentos indevidos são de natureza ilícita, mesmo que os depósitos disponíveis para a equipe de investigação tenham revelado algumas informações que permitiram a

estimativa total feita, eles não especificaram quando ocorreram os pagamentos em excesso, e os registros específicos destas atividades não estão disponíveis;

- A investigação em curso por parte das autoridades brasileiras é focada em determinar o envolvimento das pessoas sob investigação com atos ilegais, e não na obtenção de informação quantitativa em cada um dos períodos anteriores. Além disso, a legislação brasileira não permite o acesso sem restrições aos registros internos e documentos de fornecedores em processos civis e, portanto, informações relativas aos períodos anteriores afetados espera-se que não sejam obtidos.

Assim, a Norte Energia não pode identificar especificamente uma maneira confiável para estimar os períodos de relatórios anteriores em que possam ter ocorrido excesso, e, portanto, os períodos em que tiveram impacto nas demonstrações financeiras. A Norte Energia também não se recuperou e não pode estimar quaisquer valores recuperáveis potenciais em excesso neste momento. Quaisquer valores efetivamente recuperados seriam registrados como receita ou como uma redução do ativo subjacente, se identificados, quando recebidas ou quando sua realização se torna praticamente certa. Em seguida, aplicar a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetados, a Norte Energia ajustou os valores estimados de pagamentos ilegais no período atual.

Por isso, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 de custos, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

### 29. Representação

Nos termos da nota 28, foram realizadas alterações nas contas patrimoniais e de resultado.

Conforme tabela abaixo:

	DF's 31/12/2015	Reapresentação	Varição
Imobilizado – Ativo	30.397.490	30.214.490	183.000
Prejuízo Acumulado – Passivo	(369.120)	(552.120)	183.000
Prejuízo do Exercício – DRE	(57.204)	(240.204)	183.000
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social – Fluxo de Caixa	(99.288)	(282.288)	183.000
Custo líquido dos imobilizados baixados – Fluxo de Caixa	-	183.000	183.000

### 30. Eventos Subsequentes

Em 2016 foram realizadas a 19ª e 20ª Assembleia Geral Extraordinária e aprovada as subscrições de capital no valor de R\$1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais) e R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais). O Capital Social da Companhia passou para R\$9.000.000 (nove bilhões de reais). O Conselho de Administração aprovou na reunião 76ª a integralização de R\$590.000 (quinhentos e noventa milhões de reais) que foram integralizados R\$ 584.100 (quinhentos e oitenta e quatro milhões e cem mil de reais) em janeiro de 2016, na 77ª a integralização de R\$510.000 (quinhentos e dez milhões de reais) que foram integralizados R\$ 504.900 (quinhentos e quatro milhões e novecentos mil reais) em fevereiro de 2016, na 80ª integralização de R\$600.000 (seiscentos milhões de reais) que foram integralizados R\$ 504.000 (quinhentos e quatro milhões de reais) em março de 2016, na 88ª integralização de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) que foram integralizados R\$ 378.000 (trezentos e setenta e oito milhões de reais) em maio de 2016, na 91ª integralização de R\$440.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) que foram integralizados R\$ 373.789 (trezentos e setenta e três milhões, setecentos e oitenta e nove mil de reais) em junho de 2016, na 96ª integralização de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) que foram integralizados R\$ 255.531 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil de reais) em julho de 2016 e na 100ª integralização de R\$335.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) que foram integralizados R\$ 301.802 (trezentos e um milhões, oitocentos e dois mil de reais) em agosto de 2016.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi - Presidente

Antônio Augusto de Miranda e Souza	Conselheiro	Maurício Muniz Barreto de Carvalho	Conselheiro
Antônio José Ribeiro Neto	Conselheiro	Moacir Carlos Bertol	Conselheiro
Antonio Varejão de Godoy	Conselheiro	Solange Maria Pinto Ribeiro	Conselheira
César Vaz de Melo Fernandes	Conselheiro	Willamy Moreira Frota	Conselheiro

### CONSELHO FISCAL

Jésus Alves da Costa - Presidente

Christiane Maranhão de Oliveira	Conselheira	Héilton Diniz Ferreira	Conselheiro
Fernando Paes Carvalho	Conselheiro	Sílvia Cristiane Martins Batista	Conselheira

### DIRETORIA

Duilio Diniz de Figueiredo - Diretor-Presidente

Duilio Diniz de Figueiredo	Diretor de Relações Institucionais (em exercício)
José Anchieta dos Santos	Diretor Socioambiental
José Biagioni de Menezes	Diretor de Construção
Orlando Vieira Sampaio Junior	Diretor Financeiro
Wellington Lopes Ferreira	Diretor de Fornecimento e Montagem e de Gestão (em exercício)

Marcus de Castro Melo

Superintendente de Controladoria - DF  
Contador CRC-DF 012006/O-6

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras (**reapresentação**) - complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015, tendo em vista a finalização dos trabalhos de investigação conduzidos por empresa de consultoria internacional contratada pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, objetivando apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, fato que levou a Companhia a registrar os impactos daí decorrentes nas suas Demonstrações Financeiras e externar as correspondentes divulgações. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers, datado de 10 de outubro de 2016, que foi emitido com o seguinte parágrafo de ênfase: "**Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério público Federal que envolvem certos acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos podem trazer consequências futuras além dos efeitos mencionados na Nota 28. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema**", opina que os referidos documentos foram adequadamente ajustados, recomendando que estes sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Brasília-DF, 10 de outubro de 2016

Jésus Alves da Costa	Presidente do Conselho Fiscal
Christiane Maranhão de Oliveira	Conselheira
Fernando Paes Carvalho	Conselheiro
Sílvia Cristiane Martins Batista	Conselheira

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Norte Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a

avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério público Federal que envolvem certos acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos que podem, eventualmente, trazer consequências futuras além dos efeitos mencionados na Nota 28. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

#### Ênfase - Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras de construção da Usina, e consequente início das operações e geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

#### Outros assuntos

##### Reapresentação das demonstrações financeiras

Destacamos que o presente relatório altera e substitui o nosso relatório de auditoria original com data de 30 de março de 2016, devido a exclusão do parágrafo "Base para opinião com ressalva" relativo a investigação iniciada por um de seus acionistas, no caso a acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras"), relacionada com eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, visto que, em outubro de 2016, foram apresentados os resultados conclusivos da referida investigação, e registrados os impactos decorrentes deste tema, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registrados conforme descrito na Nota 28. Nossos procedimentos de auditoria após a data de nosso relatório original estão restritos exclusivamente ao referido assunto.

##### Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiu relatório de auditoria, com data de 02 de fevereiro de 2015, com parágrafo de ênfase relacionado à dependência de recursos financeiros, dos acionistas e de terceiros, para cumprimento do cronograma das obras previsto.

Brasília, 10 de outubro de 2016  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF  
Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF